



Boatos, opinião pública e assassinatos políticos: o caso de Júlio César

Rumors, public opinion and political assassinations: the case of Julius Caesar

Ygor Klain Belchior¹

e-mail: ygorklain@gmail.com

orcid: <http://orcid.org/0000-0002-6690-6396>

DOI: <https://doi.org/10.25187/codex.v7i1.22818>

RESUMO: Este artigo tem como objetivo abordar a relação entre boatos, opinião pública e assassinatos políticos no mundo antigo, a partir do exemplo do caso de Júlio César. Com tal intento, discutimos, primeiramente, a afinidade entre boatos e opinião pública no mundo romano, para, depois, apresentarmos como a memória social da monarquia foi empregada pelos opositores políticos de César visando à promoção de boatos sobre a posição do Ditador à figura de um monarca, isto é, alguém passível de ser assassinado para o bem da *Res Publica*. Ao final, tratamos de como a opinião pública lidou com esses boatos.

PALAVRAS-CHAVE: boatos; opinião pública; assassinatos políticos; César

ABSTRACT: This article aims to approach the relationship between rumors, public opinion and political assassinations in the ancient world, taking as an example the case of Julius Caesar. Aiming that, firstly we discuss the affinity between rumors and public opinion in the Roman world, and then we present how the social memory of the monarchy was employed by Caesar's political opponents in order to promote rumors about the Dictator's position as if he was a monarch, that is, someone liable to be murdered for the sake of *Res Publica*. In the end, we deliberate on how public opinion has dealt with these rumors.

KEYWORDS: rumors; public opinion; political assassinations; Caesar

¹ Professor de História Antiga da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS).



Introdução

[...] pulsoque Tarquinio, tantum odium populum Romanum regalis nominis tenuit, [...] nomen regis audire non poterat.

“Uma vez expulso Tarquínio [...] o povo romano chegou a tomar tanto ódio a tudo o que se relacionava com o nome de rei [...] o próprio título de rei tornou-se insuportável” (Cic. *Rep.* 2, 30).²

No ano 51 AEC, o senador Marco Túlio Cícero escreveu o tratado intitulado *Da República*. Na obra, relatou uma conversa ocorrida entre amigos na casa de Cipião, na qual o anfitrião foi incitado a dar o seu parecer sobre a melhor forma de governo. Ao responder ao questionamento, afirmou que a República Romana era a melhor forma de todas, pois se caracterizava pelo exercício da liberdade, pela igualdade social e jurídica entre os membros da elite e pela defesa do bem comum.

Cipião continuou o seu discurso argumentando que a concretização desses aspectos dependeria das escolhas particulares dos homens públicos, porque somente a partir delas haveria o pleno funcionamento de uma República de virtuosos. Uma República que, segundo o anfitrião, há muito tempo já não existia, principalmente por causa de aristocratas que agiam de modo corrupto nos tribunais e comícios eleitorais, promovendo políticas sediciosas, com gangues de ruas e violência urbana. Tais indivíduos são denominados de facinorosos, haja vista que lutavam para que as suas facções monopolizassem todas as honrarias e magistraturas, e empreendessem ações em seu próprio favor e não mais visando o bem comum.

Ainda de acordo com a obra *Da República*, uma das estratégias empregadas pelas facções para o alcance desse domínio era o investimento na construção de reputações públicas, tidas como essenciais para elevar ou vituperar candidatos às eleições, justificando até mesmo assassinatos políticos. Essa construção poderia, por exemplo, tornar virtuoso um aristocrata de má índole ou tornar dissoluto um homem probo. É o que observamos no seguinte trecho:

Quaero: si duo sint, quorum alter optimus vir aequissimus, summa iustitia, singulari fide, alter insigni scelere et audacia, et si in eo sit errore civitas, ut bonum illum virum sceleratum, facinosum, nefarium putet, contra autem <eum> qui sit inprobissimus existimet esse summa probitate ac fide, proque hac opinione omnium civium bonus ille vir vexetur, rapiatur, manus ei denique

² Tradução do autor.

auferantur, effodiantur oculi, damnetur, vinciantur, uratur, exterminetur, egeat, postremo iure etiam optimo omnibus miserrimus esse videatur, contra autem ille improbus laudetur, colatur, ab omnibus diligatur, omnes ad eum honores, omnia imperia, omnes opes omnes undique copiae conferantur, vir denique optimus omnium existimatione et dignissimus omni fortuna optima iudicetur.

Suponhamos dois homens: um, o melhor de todos, de suma equidade e justiça, e de fé singular; outro, insigne na maldade e na audácia; suponhasse que uma cidade caiu no erro de crer que o varão virtuoso era malvado, facinoroso e infame; que, pelo contrário, considere o ímprobo como de suma probidade e fé; que, por essa opinião de todos os cidadãos, aquele homem virtuoso seja insultado, encerrado, mutilado em mãos e pés, cegado, condenado, torturado, queimado e proscrito; que morra de miséria, longe da pátria, e pareça, enfim, o mais infeliz dos homens, assim como o mais miserável. Por outro lado, cerquem o malvado de adulações, de honras, do apreço geral; cumulemo-lo de dignidades, categorias, riquezas, e proclamemo-lo [...] o mais virtuoso e o mais digno de prosperidade pelo julgamento comum (Cic. *Rep.* 3, 27).³

Os boatos eram ferramentas imprescindíveis para a gestão do poder pelas facções político-militares, pois, por se basearem mais em impressões do que em fatos, regiam a opinião pública. Nesse sentido, ao ouvir uma notícia importante e impactante, a primeira reação de um receptor era repeti-la a uma outra pessoa. Isso espalhava os boatos e desencadeava o nascimento de outras discussões, sempre vinculadas àquilo que se deveria pensar e não ao fato em si mesmo (KAPFERER, 1993, p. 75).

Para Peterson & Gist (1951, p. 59), os boatos políticos são mais profícuos quando o público foca em uma única pessoa. E mais valorizados ainda quando tratam de uma personalidade política, visto que podem interferir na disputa pelo controle do poder. Por conseguinte, giram em torno de tópicos específicos, como assassinatos, corrupção, desvio sexual e vida familiar, e são repassados como se fossem pareceres autoritários: Ele(a) é, ele(a) fez, ele(a) será, ele(a) fará e assim por diante.

A título de exemplo, faremos alusão a um episódio em que Caio Júlio César, na função de *Pontifex Maximus*, foi alvo de um boato a respeito dos adultérios de sua mulher. O episódio em questão ocorreu em dezembro de 62 e é narrado por Plutarco (*Iul.* 11) e Suetônio (*Iul.* 3). Para ambos, as suspeitas de que Pompeia era adúltera surgiram durante a celebração do festival da *Bona Dea*, presidido pela esposa do pontífice. O festival era permitido somente às mulheres da elite, porquanto exaltava a figura de uma divindade associada à virgindade e à fertilidade. Entretanto, um jovem patrício chamado Clódio resolveu vestir-se de matrona com o objetivo de acompanhar as celebrações que aconteciam dentro da residência de César. Depois de um tempo, o intruso acabou sendo descoberto por causa da sua voz masculina. A surpresa fez com que as mulheres entrassem em pânico e dessem gritos estrondosos. Como resultado, Pompeia pediu para que suas servas fechassem as

³ A tradução de todos os textos citados é do autor.

portas da residência a fim de impedir a saída do infrator, o que possibilitou a localização de Clódio rapidamente.

Em nenhuma das fontes mencionadas encontramos evidências concretas de que houve uma relação sexual entre Pompeia e Clódio. Suetônio, por exemplo, descreve em poucas linhas aquilo que classifica como uma “suspeita” e Plutarco menciona que a certeza de um adultério aparece momentos após o evento, quando as matronas voltaram às suas casas para informar aos maridos do acontecido. É essencial, então, percebermos que a simples presença de um infrator masculino, em uma celebração religiosa privada e voltada ao sexo feminino, foi utilizada pelos adversários de César como uma forma de atacar sua reputação política. Cícero, aliás, comenta sobre esse uso:

P. Clodium, Appi f., credo te audisse cum veste muliebri deprehensum domi C. Caesaris, cum pro populo fieret, eumque per manus servulae servatum et eductum; rem esse insigni infamia.

Eu imagino que você tenha ouvido que P. Clódio, filho de Ápio, foi descoberto usando roupas de mulher na casa de C. César, enquanto um sacrifício estava acontecendo. Uma serva conseguiu tirá-lo da casa escondido. Isso criou um escândalo público (Cic. *Att.* 1, 12).

Após o escândalo, os senadores reuniram-se para julgar Clódio pela ofensa cometida. Concomitantemente, a população de Roma saiu às ruas para defender o réu, por acreditar em sua inocência. Como muitos senadores temiam uma reação negativa da população, decidiram que ali não havia o que ser deliberado, por isso, absolveram o acusado. Quanto a César, ele repudiou sua esposa. Ao ser questionado sobre o divórcio, respondeu: “Eu não quero que minha mulher seja nem mesmo objeto de suspeita” (Plut. *Iul.* 10, 6)⁴. Suspeitas essas que, ao serem divulgadas na forma de um boato, poderiam influenciar a opinião pública a respeito dele, principalmente porque César concorreria às eleições no mês seguinte para a magistratura de Questor.

Esta breve introdução pretendeu mostrar que, apesar de existir um modelo ideal de República, o mesmo não era colocado em prática devido aos interesses das facções políticas. Objetivando controlar o poder, manipulavam a opinião pública a respeito de um aristocrata importante por meio de boatos, com o intuito de elegerem magistrados que atendessem aos seus propósitos e não ao bem comum. Pretendemos dar continuidade a essa discussão de forma mais aprofundada, o que torna imprescindível, a partir deste ponto, elucidarmos a relação entre boatos e opinião pública em Roma.

⁴ τὴν ἐμὴν ἡξίου μὴδὲ ὑπονοηθῆναι. Tradução do autor.

Boatos e opinião pública na Roma antiga

Para melhor compreendermos o papel dos boatos na Roma antiga, optamos por uma investigação que os divide em duas vertentes: literária; e política e sociológica. Começamos pela primeira.

Em *Rumour and Renown: Representations of 'Fama' in Western Literature*, Hardie (2012) apresenta o emprego dos boatos com base na pesquisa dos vocábulos *fama* e *rumor* na literatura ocidental. Sua ideia é de que ambos sempre consistiriam em uma estratégia textual e retórica, não devendo ser usados como evidências históricas. A exemplo, nos *Anais* e nas *Histórias* de Tácito, o autor observa que as ocorrências da *fama* se relacionam ao julgamento que o historiador faz dos imperadores descritos.

Autin (2015) é um autor que também dialoga com a vertente literária. No artigo intitulado *Rumour as a literary device in Tacitus*, refuta as abordagens que consideram os boatos taciteanos dentro de uma perspectiva de “meros fatos históricos”. Ao contrário, para o autor, o boato tem um papel significativo na estrutura e na organização literária da narrativa historiográfica, cumprindo, muitas vezes, a recomendação da oratória ciceroniana, ou seja, a de que a *historia* deveria ser *ornata*⁵. De uma forma ou de outra, o que temos ainda é a noção de que os boatos não são objetos de um estudo histórico, e sim literário.

Em síntese, os autores da perspectiva literária defendem que os boatos presentes nas fontes antigas são eivados de elementos textuais e ficcionais. A nosso ver, uma perspectiva válida e consistente, pois acreditamos que, no contexto de uma guerra civil, os boatos podem sim ser lidos como evidências históricas.

Cabe ressaltar que, para os oradores antigos, a verossimilhança do discurso também era atingida por meio de provas documentais⁶. E que provas seriam essas? Os boatos. Em outras palavras, eles eram apreendidos pelos historiadores e biógrafos da Antiguidade como evidências documentais de que aquilo que foi dito realmente aconteceu. É o que podemos observar quando Suetônio descreve Nero:

Destinaverat etiam, quia Apollinem cantu, Solem aurigando aequiperare existimaretur, imitari et Herculis facta; praeparatumque leonem aiunt, quem vel clava vel brachiorum nexibus in amphitheatri harena spectante populo nudus elideret.

Desde que ele foi aclamado igual a Apolo na música e no sol em dirigir uma biga, ele havia planejado emular os trabalhos de Hércules também; dizem que um leão foi especialmente treinado para ele matar usando nenhum tipo de vestimenta, na arena do anfiteatro, diante de todo o povo, apenas com um porrete e com suas próprias mãos (Suet. *Ner.* 53).

⁵ Sobre esses debates, cf. (AUBRION, 1985) e (COGITORE, 2012).

⁶ As *átékhnōi* ou *inartificiales* são as evidências não produzidas pelo orador, cf. Quint. *Inst.* 5, 1, 2; 5, 9, 1. Cic. *Inv. rhet.* 2, 46; *De Or.* 2, 27. 116; Arist. *Rhet.* 1418a.

Para fazer tal afirmação, Suetônio recorre em linhas anteriores ao vocábulo *opinio*, objetivando justificar a veracidade do ocorrido. Nesse sentido, ao descrever um imperador, utilizou como fonte histórica aquilo que era dito sobre Nero pela opinião comum. E por mais estranho que possa parecer, os boatos acerca do *princeps*, e todos os outros governantes avaliados pelo biógrafo antigo, tinham a mesma validade e confiabilidade de um testemunho escrito.

Outro exemplo é extraído de uma carta de Cícero (*Att.* 2, 12), na qual ele relata um acontecimento aparentemente trivial: o fato de ter encontrado, em meio a uma viagem, um amigo seu vindo de Roma e um mensageiro enviado por Ático. Tanto a carta como o que foi dito pelo amigo continham o mesmo boato: haveria eleições para o tribunato e Públio, um inimigo de Caio Júlio César, concorreria. Tal boato, como é possível observar, circulou de modo escrito, no formato de cartas, e falado, *viva vox*, duas maneiras de circulação consideradas igualmente válidas:

Emerseram commodum ex Antiati in Appiam [...] veniens Curio meus. Ibidem ilico puer abs te cum epistulis. Ille ex me, nihilne audissem novi. ego negare. 'Publius' inquit 'tribunatum pl. petit.' 'quid ais?' 'Et inimicissimus quidem Caesaris, et ut omnia' inquit 'ista rescindat.' 'Quid Caesar?' [...] quanto magis vidi ex tuis litteris quam ex illius sermone quid ageretur, de ruminacione cotidiana.

Eis uma coincidência. Eu tinha acabado de pegar a estrada para Âncio, na via Ápia [...] quando meu amigo Curião se encontrou comigo, recém-saído de Roma [...]. Curião perguntou se eu tinha ouvido as notícias. “Não”, eu disse. “Públio irá concorrer ao tribunato”, diz ele. “Não me diga!”, “e ele é inimigo mortal de César”, ele responde, “e quer anular todas as suas leis”. “E o que César vai fazer?”, eu perguntei [...]. Porque eu, que já aprendi muitas vezes da mesma forma sobre os assuntos políticos, extraí a mesma coisa de sua carta e da conversa com ele – aquele bate papo do dia-a-dia.

A carta de Cícero nos leva a considerar que o papel dos boatos em Roma era o de transmitir informações sobre determinados acontecimentos e personalidades políticas (*crebrior fama*) e tinham tanta importância que assumiam também o estatuto legal, sendo, inclusive, empregados em casos jurídicos ao nível de testemunhas (*Sen. Controv.* 7, 5).⁷

Como afirma Wyke (1989, p. 35),

devemos reconhecer que em uma cultura oral, como a de Roma, os sistemas de crença e representação eram construídos primeiramente na base da comunicação verbal – em outras palavras, “boatos”. Mas “boatos” não é simplesmente fofoca; ao contrário, é uma fonte de conhecimento para a formulação das regras compartilhadas. “Boatos” define o que é *fandus*, que é ao mesmo tempo “dito” e “exato”.

⁷ Tac. *Hist.* 1, 41, 6; 3, 71, 8; *Ann.* 14, 2, 4; *Germ.* 34, 2; 45, 2.

Um “exato” que pode ainda pertencer à vertente política e sociológica. Nela, observamos que os boatos não se resumem somente às expressões *rumor* e *fama*. Há outros vocábulos, como os *sermones*, que são utilizados pelos escritores romanos para descreverem conversações portadoras de opiniões coletivas.

Segundo López (2007, p. 55), os *sermones* aparecem na literatura latina de três maneiras, todas com o sentido de opinião pública. A primeira delas é a expressão *sermo populi* (opinião popular), encontrada seis vezes nas fontes: quatro em Cícero (sendo três em seus discursos e a outra em uma carta a Ático), uma em Tácito e uma em Plínio, o Jovem. A segunda é *sermo hominum* (opiniões dos homens) e é a mais usual em tratados filosóficos e retóricos. A terceira maneira é *rumor populi* (rumor popular), empregada para apresentar os boatos nas obras de Ênio, Plauto e Terêncio.

Em *Tacitean Rumours*, Shatzman (1974, p. 78) aponta usos dos *sermones* nas fontes antigas. Ao analisar a passagem 2, 96 das *Histórias*, mostra que Vespasiano decidiu enviar soldados a Roma com o propósito de que eles confirmassem a opinião pública a respeito dele – o que seria feito com base em uma coleta dos próprios *sermones*, ou seja, daquilo que era dito pela população nas ruas da capital. A preocupação com os “falares” era muito comum, pois, por meio deles, os imperadores avaliariam o seu próprio governo, guiariam as suas ações, regulariam os seus comportamentos, escolheriam os seus aliados e determinariam os seus inimigos. Informações tão significativas que às vezes eles forjavam – ou pareciam forjar – situações para descobri-las. É o que notamos no episódio sobre a morte de Calígula:

Nam neque caede vulgata statim creditum est, fuitque suspicio ab ipso Gaio famam caedis simulatam et emissam, ut eo pacto hominum erga se mentes deprehenderet.

Com efeito, quando se divulgou a notícia de seu assassinato, a princípio ninguém acreditou e surgiu a suspeita de que o próprio Caio havia inventado e feito circular essa notícia para desta maneira descobrir quais eram os ânimos dos homens ao seu respeito (Suet. *Calig.* 60).

A relação entre os *sermones* e os boatos também é evidente em uma epístola trocada entre Cícero e Ápio Pulcro, no ano 50. Nela, o político deixa claro que as notícias a respeito de um homem importante poderiam circular por meio de cartas, mensagens e boatos:

De qua etsi permulto ante certior factus eram litteris, nuntiis, fama denique ipsa – nihil enim fuit clarius, non quo quisquam aliter putasset, sed nihil de insignibus ad laudem viris obscure nuntiari solet –, tamen eadem illa laetiora fecerunt mihi tuae litterae, non solum quia planius loquebantur et uberius quam vulgi sermo, sed etiam quia magis videbar tibi gratulari, cum de te ex te ipso audiebam.

É verdade que eu fui informado sobre isso muito antes em cartas, mensagens e, finalmente, por boatos, pois nada a esse respeito poderia

permanecer em segredo – não que alguém pensasse o contrário, mas como geralmente acontece, nenhum anúncio que afeta os homens de grande reputação pode ser mantido em segredo – de qualquer maneira, sua carta me deu mais prazer do que toda notícia anterior, não só porque você falou com mais nitidez e em detalhes mais ricos do que se ouve pela opinião popular, mas porque eu pensei que meus parabéns seriam melhor justificados quando eu ouvisse você me contar a sua própria história (Cic. *Fam.* 3, 11, 1).

Em resumo, dentro da abordagem *política e sociológica*, os boatos não devem ser entendidos apenas como construtos literários e nem como fofocas vãs. Ao contrário, necessitam ser trabalhados como expressões de opiniões coletivas que dialogam com o contexto de sua produção e com a memória social dos envolvidos em sua transmissão. É, portanto, a partir dessa abordagem que trilharemos as nossas reflexões. Tendo em vista que o boato pode ser considerado uma opinião consolidada acerca de um assunto de interesse público ou de uma pessoa, o examinaremos como ferramenta de manifestação e controle da opinião pública em Roma.

O primeiro pensador moderno a vincular a opinião pública à esfera pública foi Habermas. Ao investigar os contextos francês e inglês, o filósofo alemão observou o surgimento da esfera pública como o resultado da expansão da participação política e da consolidação dos ideais de cidadania, ocorridos nos finais do século XVIII. Essas transformações permitiram aos Estados burgueses suplantarem o absolutismo e implementar leis que defendessem a liberdade de expressão, de reunião e de associação. O resultado foi a criação de “espaços neutros de discussão”, a exemplo das cafeterias e das associações voluntárias, que se consolidaram como locais primazes na “comercialização” de notícias, na tomada de posições e na expressão da opinião pública (HABERMAS, 1984, p. 89).

Para o autor, contudo, tanto a discussão como a opinião pública só passaram a existir, de fato, com o advento da imprensa, em especial os jornais impressos e as revistas. Através desses veículos, as informações de interesse público tornaram-se mais democráticas, atingindo um amplo número de leitores, uma coletividade marcada ainda pelo desenvolvimento de uma cultura urbana em teatros, livrarias e bibliotecas (HABERMAS, 1984, p. 98).

Vale dizer que não concordamos com a análise de Habermas por um motivo específico: não podemos vincular a existência da opinião pública à invenção da imprensa e os boatos são a chave para justificarmos tal discordância. Ora, na Antiguidade não havia noticiários e revistas e era por meio dos boatos que os imperadores, generais e governadores de províncias, por exemplo, descobriam a opinião a seu respeito.

Ademais, é importante salientar que, na ausência da mídia impressa, o boato podia circular, na Antiguidade, por canais muito confiáveis de informação. Afinal, eles também podem ser pessoas conhecidas e próximas que portam e transmitem mensagens verossímeis. E, em um contexto onde não havia jornais, eram esses indivíduos os principais responsáveis por divulgar os eventos do dia. É necessário, porém, lembrarmos que havia sim na *Urbs* canais de informação chancelados, como os éditos, os *Senatus Consulta* e as cartas

diplomáticas. Contudo, eles continham um problema: a maior parte dos indivíduos no mundo antigo não sabia ler, o que limitava o acesso à informação (THOMAS, 2005, p. 256). Logo, restava à plebe saber dos acontecimentos por meio dos boatos – entre outras formas. Para tal grupo era mais fácil acreditar em seus familiares e nos seus patronos, por exemplo, do que nas autoridades. Portanto, o boato funcionava como uma notícia improvisada, uma deliberação coletiva, chegando a agir diretamente na manipulação da opinião pública. Como já dizia Cícero, em Roma, “o leve sopro de um boato muitas vezes muda radicalmente as opiniões” (Cic. *Mur.* 35).⁸

Essa afirmação de Cícero refere-se a um discurso feito por ele visando defender o senador Murena, que concorreria ao consulado e estava sendo acusado de suborno. A defesa do orador pautou-se na exposição das opiniões que circulavam nos bairros da *Urbs*, objetivando demonstrar que os boatos poderiam mudar a *opinio* geral a respeito de questões jurídicas. Ao final de seu discurso, Cícero afirma que a acusação a Murena não passava de um falso boato para que ele não recebesse o apoio dos amigos na eleição vindoura (Cic. *Mur.* 36-45).

Mas, afinal, é possível estabelecer uma relação entre boatos e opinião pública no mundo antigo? Sim, pois eram vistos como informações confiáveis que, devido à sua circulação rápida e ampla, determinavam o funcionamento da política. E qual era a principal função de um boato? Política! Os boatos são informações relacionadas a assuntos políticos (πολιτική), mesmo quando concernem a casos judiciais. A atenção do orador dificilmente estava direcionada para boatos de cunho sexual ou moral e isso porque, como um bom senador da República romana – e alguém que se considerava um bom “fofoqueiro” (Cic. *Att.* 6, 1, 24) –, ele estava mais interessado nas alianças e nos trâmites políticos⁹. É o que verificamos na seguinte epístola:

Sed tuas de eius iudici sermonibus et me hercule omni de rei publicae statu litteras exspecto politikoteron quidem scriptas [...] eius modi inquam litteras ex quibus ego non quid fiat [...] sed quid futurum sit sciam.

“Eu aguardo uma carta sua que me ofereça os falares sobre o veredito e sobre a situação política, lidando, se eu posso dizer assim, mais com os tópicos públicos [...]. Eu não quero uma carta para dizer o que realmente está acontecendo [...] mas eu quero saber o que provavelmente está para acontecer” (Cic. *Att.* 5, 12, 2).

A análise das cartas de Cícero revela que, para um cidadão romano, todas as decisões dependiam da observação da opinião pública na capital, porquanto sem notícias, boatos, fofocas e rumores não havia o que falar e nem o que fazer. Outros aristocratas também compartilhavam desse pensamento. Crasso, por exemplo, nunca ousou dizer uma palavra que colocasse em risco a sua popularidade, por isso, procurava saber de antemão qual era a opinião pública sobre qualquer assunto que fosse deliberar no Fórum. O motivo? Ele temia como a plebe poderia se manifestar em Roma (Cic. *Att.* 1, 18; 3, 9; 3,10).

⁸ *Et totam opinionem parva non numquam commutat aura rumoris.* Tradução do autor.

⁹ *Sumus enim ambo belle curiosi.* Tradução do autor.

Júlio César

Ao investigarmos a carreira de César, observamos que ele – ao aceitar a magistratura de *dictator perpetuus* – enfrentou uma dura campanha de difamação pelos seus opositores que o acusavam de instaurar uma monarquia em Roma. Foi no ano 44 AEC que os boatos contra ele se fortaleceram quando nomearam-no *dictator perpetuus*, conferindo-lhe ainda o direito de assistir aos jogos entre os tribunos, e o título de *Pater Patriae*, o cargo de censor para toda a vida, a sacrossantidade, a cadeira de ouro e o traje de rei ([Liv]. *Per.* 116).

De acordo com Plutarco,

[...] τὸ δὲ ἐμφανὲς μάλιστα μῖσος καὶ θανατηφόρον ἐπ’ αὐτὸν ὁ τῆς βασιλείας ἔρως ἐξειργάσατο, τοῖς μὲν πολλοῖς αἰτία πρώτη, τοῖς δὲ ὑπούλοις πάλαι πρόφασις εὐπρεπεστάτη γενομένη, καίτοι καὶ λόγον τινὰ κατέσπειραν εἰς τὸν δῆμον οἱ ταύτην Καίσαρι τὴν τιμὴν προξενοῦντες, ὡς ἐκ γραμμάτων Σιβυλλείων ἀλώσιμα τὰ Πάρθων φαίνοιτο· Ρωμαίοις σὺν βασιλεῖ στρατευομένοις ἐπ’ αὐτούς, ἄλλως ἀνέφικτα ὄντα [...] ἐν δὲ συγκλήτῳ τιμὰς τινὰς ὑπερφυεῖς αὐτῶ ψηφισαμένων ἔτυχε μὲν ὑπὲρ τῶν ἐμβόλων καθεζόμενος, προσιόντων δὲ τῶν ὑπάτων καὶ τῶν στρατηγῶν, [...] ἀπεκρίνατο συστολῆς μᾶλλον ἢ προσθέσεως τὰς τιμὰς δεῖσθαι. καὶ τοῦτο οὐ μόνον ἠνίασε τὴν βουλήν, ἀλλὰ καὶ τὸν δῆμον, ὡς ἐν τῇ βουλῇ τῆς πόλεως προπηλακιζομένης, καὶ μετὰ δεινῆς κατηφείας ἀπῆλθον εὐθύς οἷς ἔξιη μὴ παραμένειν, ὥστε κάκεῖνον ἐννοήσαντα παραχρήμα μὲν οἴκαδε τραπέσθαι καὶ βοᾶν πρὸς τοὺς φίλους, ἀπαγαγόντα τοῦ τραχήλου τὸ ἰμάτιον, ὡς ἔτοιμος εἶη τῷ βουλομένῳ τὴν σφαγὴν παρέχειν.

[...] o que lhe granjeou um ódio mais patente ainda e mais mortal foi o desejo de se fazer nomear rei, o qual deu o primeiro motivo de lhe querer mal o povo [...]. Todavia, os que lhe queriam proporcionar essa honra semearam o boato entre o povo de que estava escrito nos livros proféticos da Sibila que os romanos venceriam o poder dos partas quando lhes fizessem a guerra sob o comando de um rei, do contrário, nunca o conseguiriam. Tendo-lhe sido decretadas no Senado certas honras, que superavam a dignidade humana, os cônsules e os pretores, seguidos por toda a assembleia dos senadores, foram ter com ele no fórum, onde ele estava nos *rostra*, para avisar e comunicar-lhe o que na sua ausência havia sido decretado em sua honra: ele, porém [...], respondeu-lhes que suas honras precisavam ser diminuídas, não acrescidas ainda mais. Esse ato não somente desgostou o Senado, mas foi também julgado de mau gosto pelo povo, que pensava que a dignidade das coisas públicas eram desprezadas e depreciadas por ele [...], e todos os que ali estavam retiraram-se de cabeça baixa, taciturnos e tristes, a tal ponto que ele mesmo o percebeu e também dirigiu-se imediatamente para sua casa, onde, retirando a túnica em volta do pescoço, disse bem alto aos seus amigos que ele estava pronto a apresentar sua garganta a quem quisesse cortá-la (Plut. *Caes.* 60, 1-4).

Nesse âmbito, Suetônio também relata que os adversários de César enfeitaram suas estátuas com diademas reais. Ademais, divulgaram boatos de que o ditador queria mudar a capital do Império para Alexandria ou Troia e de que havia sugerido ao Senado o título de *rex*. Os culpados por tais boatos, segundo o biógrafo, foram perseguidos pelo general, cuja preocupação rendeu a prisão de um homem e um discurso a toda a população de Roma, no qual dizia: “sou César e não um rei” (Suet. *Iul.* 76-79; 79, 4)¹⁰.

Plutarco (*Caes.* 60) faz ainda outro relato. Durante a festa das Luperciais, César observava da tribuna a execução dos ritos, sentado em uma cadeira de ouro, quando Marco Antônio adentrou os corredores portando um diadema real para o ditador. Alguns poucos que ali estavam bateram palmas em aprovação e, quando viram que o general recusou a coroa, aplaudiram mais fortemente. Antônio, entretanto, ofereceu novamente a coroa, gerando uma segunda recusa pública. A população presente alegrou-se com essa manifestação e festejaram quando César decidiu depositar o diadema na cabeça de Júpiter no Capitólio.

Como podemos perceber, tanto Suetônio como Plutarco apontam as acusações de César tentar tornar-se rei e sua consequente política de refutação dessa impressão. Todavia, tal política parece não ter funcionado, pois os senadores contrários ao ditador recorreram a Marco Bruto para assassiná-lo (Plut. *Caes.* 62, 4). Logo, os opositores passaram a escrever cartas e a saírem às ruas ambicionando saber se a população da *Urbs* aceitaria a morte de César. Como grande parte das respostas revelaram-se favoráveis, uma conspiração foi levada a cabo (Cic. *Att.* 14, 2).

Assim, no dia quinze de março de 44, cerca de cem senadores, sob a liderança de Marco Bruto e Caio Cássio, decidiram assassinar o ditador durante uma reunião no Senado. O episódio, ocorrido nos “Idos de Março”, iniciou-se com um senador desferindo um golpe nas costas de César com uma adaga, um pouco abaixo do pescoço, e prosseguiu-se com mais vinte e duas punhaladas. O final de sua vida, como narra Suetônio, é marcado pela emblemática frase “até tu, meu filho”, quando César, tombado pela dor, olha para Bruto e desfalece (Suet. *Iul.* 82)¹¹. Ao vê-lo sem vida, todos os conspiradores fugiram¹².

E como a opinião pública se manifestou a respeito do assassinato? No círculo dos opositores de César, como vimos, a notícia foi bem aceita. A exemplo temos uma carta na qual Cícero (*Att.* 14, 2) comenta que Ático havia observado a alegria pública de populares com a morte, fato comprovado pelos calorosos aplausos que Crasso recebeu de uma multidão presente no teatro. As manifestações de aprovação, no entanto, restringiram-se aos adversários do ditador. A população de Roma lamentou o assassinato e, inclusive, chegou a

¹⁰ *Caesarem se, non regem esse responderit.* Tradução do autor.

¹¹ καὶ οὐ τέκνον. Tradução do autor.

¹² Woolf (2006) analisa o assassinato de César a partir da tradição posterior, manifesta em óperas, teatros, livros e filmes, meios preocupados em exaltar o caráter ditatorial do político, ao defender os valores republicanos e os sacrifícios dos heróis para salvar a *Res publica*. O autor argumenta que a figura dos “tiranos” é artificial e consiste muito mais em um exercício literário, que visa atuar no presente, do que em uma escrita historicamente construída. Seguindo a ideia do exercício literário, temos, por exemplo, a tragédia *Júlio César* de Shakespeare.

carregar uma enormidade de materiais para aumentar a pira funerária de César. Mas não se restringiram às lágrimas. Plutarco (*Caes.* 86) revela que, após a cremação do corpo, muitos indivíduos saíram às ruas desejando incendiar as casas dos assassinos e matá-los. Cícero também aponta a força do luto, declarando que os conspiradores passaram a ser ameaçados nas ruas, uma violência que demonstrou uma opinião pública contrária à ideia do assassinato como um tiranicídio (*Cic. Att.* 14, 9-12).

O desagrado popular foi tamanho que Cícero o compara ao poder de um tirano. Para ele, todas as medidas adotadas após a morte favoreciam aos aliados de César, pois, ao terem a *vox homines* ao seu lado, acabaram sendo fortalecidos com o assassinato. Anos depois, ao rememorar o fato, Cícero continuou a demonstrar que não se esquecia do poder da opinião pública, chegando a recordar que Ático havia exclamado durante o funeral que tudo estava perdido (*Cic. Att.* 14, 14, 3; 14, 9; 16, 2).

Considerações finais

Observamos que os inimigos de César tentaram justificar o seu assassinato e o fizeram a partir de boatos que evocavam a memória social da monarquia relacionada com as ambições de César. Segundo Peralta (2007, p. 68), a memória social é um sistema de significado produzido ao longo do tempo que permite criar uma imagem do passado correspondente a quadros de significação do presente. Toda representação do passado torna-se essencialmente polissêmica, envolvendo conflito e negociação entre os interesses políticos, sociais e culturais. Para a autora, então, a “memória” situa-se em um espaço que medeia a manipulação ideológica e a experiência social que os membros de uma comunidade específica têm de determinados eventos.

Levando em consideração tais afirmações, entendemos que, ao construir a imagem de César como um rei, os adversários souberam se utilizar de um passado romano traumático para difamarem o ditador e criar condições ideológicas que justificassem um assassinato político. Em resumo, boatos, rumores e memórias, portanto, fazem parte “daqueles momentos da interação social em que os atores [...] confrontam e avaliam os eventos passados, presentes ou iminentes e estabelecem ou reforçam suas identidades” (OLIVEIRA, 2015, p. 15).

Finalmente, o assassinato de César demonstrou a inexistência de um consenso universal acerca dos boatos. O que há, de fato, são grupos com interesses opostos, que disputam o domínio da opinião pública para controlar a *Res publica*. Por exemplo, o principal objetivo do partido adversário a César era produzir um sentimento de insatisfação em relação aos poderes acumulados pelo *dictator perpetuus*, pois quanto maior o número daqueles que acreditassem em seu desejo de ser rei, maior seria a probabilidade de outros indivíduos confiarem em tal rumor. O problema foi que muitos não compartilharam de tal sentimento e mantiveram-se favoráveis a César. Isso nos leva a concluir que, apesar de os boatos atuarem no controle social, demarcando os que pertencem a uma coletividade e os que estão fora dela, os interesses dos grupos sempre prevalecem. E é nos momentos de crise que esses interesses se tornam ainda mais evidentes, evidenciando as expectativas das pessoas e até mesmo provocando o seu posicionamento físico.

Referências bibliográficas:

Documentação primária:

- ARISTOTLE. *Rhetoric*. 23 volumes. With an English translation by J. H. Cambridge, Mass., Harvard University Press. London, William Heinemann, Ltd., 1926. (Loeb Classical Library).
- CÍCERO. *Cicero's Letters to Atticus*. With an English translation by E. O. Winstedt, Vols. I-III. Cambridge, Mass., Harvard University Press. London, William Heinemann, Ltd., 1912. (Loeb Classical Library).
- _____. De Inventione. In: ILUNGA, K. *O Da invenção, de Marco Túlio Cícero: Tradução e estudo*. 2009. Dissertação (Mestrado em História) – Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, p. 41-165.
- _____. De oratore. In: SCATOLIN, Adriano. *A invenção no Do Orador de Cícero: Um estudo à luz de Ad Familiares I, 9, 23*. 2009. Tese (Doutorado em Letras Clássicas) – Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2009, p.147-308.
- _____. *Letters to His Friends; To his brother Quintus; to Brutus*. With English translation by William Glynn Williams. In three volumes. London: Heinemann, 1952.
- _____. Oration for L. Murena. *The Orations of Marcus Tullius Cicero*. With an English translation by C. D. Yonge, B. A. II Vol. London: Henry G. Bohn, 1917, p. 330-375.
- _____. Life of Caesar. In: *Plutarch's Lives*. with an English Translation by Bernadotte Perrin. Vol VII. Cambridge, Mass., Harvard University Press. London, William Heinemann, Ltd., 1919. (Loeb Classical Library)
- QUINTILIAN. *Institutio Oratoria V*. With an English translation by Harold Edgeworth Butler. Cambridge. Cambridge, Mass., Harvard University Press; London, William Heinemann, Ltd., 1921. (Loeb Classical Library)
- SENECA the Elder. *Declamations, Volume I: Controversiae, Books 1-6*. Translated by Michael Winterbottom. Cambridge, Mass., Harvard University Press. London, William Heinemann, Ltd., 1974.
- SUETONIUS. *The lives of the twelve Caesars*. With an English translation by Catharine Edwards. Oxford: Oxford University Press, 2000.
- TACITUS. *Complete works of Tacitus*. Alfred Joh With an English translation by n Church. William Jackson Brodribb. Lisa Cerrato. New York: Random House, 1942.
- _____. *The Annals*. With an English translation by A.J. Woodman. Cambridge: Hackett Publishing Company, 2004.
- _____. *The Histories*. With an English translation by Kenneth Wellesley. London: Penguin, 1995.
- [TITO LIVIO]. *Períocas, Períocas de Oxirrinco, Fragmentos*. Introducción, traducción y notas de José Antonio Villar Vidal. Madrid: Editorial Gredos, 2008.

Livros e artigos:

- AUBRION, E. *Rhétorique et histoire chez Tacite*. Metz: Université de Metz, 1985.
- AUTIN, L. Rumour as a literary device in Tacitus. *Histos Working Papers*, n. 4, p. 1-17, 2015.
- COGITORE, I. Les rumeurs politiques sont-elles des bruits dans les Annales des Tacite. In: SCHETTINO, M. T. ; PITTIA, S. *Les sons du pouvoir dans les mondes anciens*. Besançon: Presses Universitaires de Franche-Comté, 2012. p. 399-416.
- HABERMAS, J. *Mudança estrutural da esfera pública*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.
- HARDIE, P. (Ed.). *Rumour and Renown: Representations of 'Fama' in Western Literature*. Cambridge: Cambridge University Press, 2012.
- KAPFERER, J. N. *Boatos: o mais antigo mídia do mundo*. Trad. de Ivone da Silva Ramos Maya. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1993.
- LÓPEZ, C. R. *Public Opinion and Politics in the Late Roman Republic*. Cambridge: Cambridge University Press, 2017.
- _____. Temo a los troyanos: rumores y habladurías em la roma tardorrepública. *Pólis, Revista de ideas y formas políticas de la Antigüedad Clásica*, 19, p. 113-134, 2007.
- OLIVEIRA, J. C. M. de. Do boato à lenda. Comunicação informal e fronteiras identitárias nas origens da controvérsia donatista. *Antíteses*, v.8, n.16, p.111-129, jul./dez. 2015.
- PERALTA, E. Abordagens teóricas ao estudo da memória social: uma resenha crítica. *Arquivos da Memória*, Lisboa, v. 2, p. 4-23, 2007.
- PETERSON, W. A.; GIST, N. P. Rumor and Public Opinion. *American Journal of Sociology*, v. 57, n. 2, p. 159-167, 1951.
- SHATZMAN, I. Tacitean Rumours. *Latomus*, v. 33, p. 549-78, 1974.
- THOMAS, R. *Letramento e oralidade na Grécia Antiga*. Trad. de Raul Fiker. São Paulo: Odysseus Editora, 2005.
- WOOLF, G. *Et Tu, Brute? A Short History of Political Murder*. Cambridge: Harvard University Press, 2006.
- WYKE, M. Mistress as Metaphor in Augustan Elegy. *Helios*, v. 16, n. 1, p. 2547, 1989.

